

abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual
Clipping da imprensa

Brasília, 26 de agosto de 2025 às 08h07
Seleção de Notícias

Agência Brasil | BR

Pirataria

Inmetro publica nova regulamentação para evitar pirataria de calçados 3

MSN Notícias | BR

Direitos Autorais

Netflix define regras para parceiros na produção com IA generativa 4

MSN

Marco regulatório | INPI

Trump pode aumentar preço e dificultar acesso a medicamentos genéricos para satisfazer lucro de farmacêuticas 6

Terra - Notícias | BR

Pirataria

Camisas falsificadas de clubes de futebol ganham mercado europeu e camuflam crime organizado 8

RFI

Exame.com | BR

Marco regulatório | INPI

Saúde, indústria e agro lideram depósitos de patentes em IA, revela pesquisa 11

UOL Notícias | BR

Marco regulatório | INPI

Trump ameaça acesso de brasileiros a remédios, alerta organização 13

INTERNACIONAL

Entidades

Alckmin: nova linha de crédito para Indústria 4.0 terá R\$ 10 bi do BNDES e R\$ 2 bi do Finep . . 16

Inmetro publica nova regulamentação para evitar pirataria de calçados



Na tentativa de combater a **pirataria**, fortalecer o mercado calçadista e criar mais um mecanismo de proteção para o consumidor, o Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia) acaba de publicar uma nova regulamentação para o comércio de calçados.

O principal tópico é a obrigatoriedade de etiquetar os calçados. A ideia é dificultar a **falsificação** de produtos com a etiqueta e os códigos de identificação única. Além disso, o consumidor poderá conferir a composição do calçado, como couro ou material sintético, evitando informações incorretas. Além de informações sobre origem, composição e rastreabilidade dos calçados.

Os fabricantes e os importadores terão até 31 de julho de 2026 para se adequarem ao novo regulamento. Já os estabelecimentos que exercem atividade de distribuição ou de comércio terão até 31 de dezembro de 2027 para aderir a mudança.

A medida vale para todo calçado fabricado, importado, distribuído e comercializado com a informação de etiquetagem constante na embalagem ou no próprio produto. Calçados de segurança, de proteção individual e ortopédicos com a finalidade corretiva de deformidades não estão incluídos nas novas regras

Um levantamento da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados mostra que a maioria das empresas já utiliza etiquetas de composição (cerca de 60%) e códigos de rastreabilidade (87% dos calçados possuem o identificador único e global). Mas o Inmetro avaliou que falta padronização na etiquetagem e que 40% das empresas ainda não adotam a prática, deixando uma grande lacuna para prática de fraudes e desinformação em relação aos calçados comercializados.

Dados da Associação pela Indústria e Comércio Esportivo indicam que, em 2023, 19,2 milhões de pares de calçados piratas foram vendidos no Brasil, um crescimento de 4,5 milhões em relação a 2021; um comércio ilegal facilitado pela falta de etiquetagem com códigos de identificação única.

Netflix define regras para parceiros na produção com IA generativa

A empresa disse que as ferramentas de IA generativa são "valiosas" quando usadas de forma "transparente e responsável", e alertou que, se usadas de forma descuidada.

Por Redação, com Europa Press - de Califórnia, Estados Unidos

A Netflix estabeleceu uma série de regras que seus parceiros agora devem seguir para produzir conteúdo com inteligência artificial (IA) generativa, e define as situações em que permite que as equipes de produção usem essa tecnologia.

A empresa disse que as ferramentas de IA generativa são "valiosas" quando usadas de forma "transparente e responsável", e alertou que, se usadas de forma descuidada, podem "borrar a linha entre ficção e realidade ou confundir involuntariamente os espectadores".

Como tal, a Netflix publicou princípios orientadores destinados a ajudar cineastas, parceiros de produção e fornecedores a entender quando e como usar a IA generativa na produção de conteúdo, de acordo com uma postagem na seção Partner Help Center de seu site.

Especificamente, esses padrões se concentram em cinco pontos. O primeiro alerta para o fato de que os resultados não podem replicar ou recriar "substancialmente" recursos que identifiquem conteúdo protegido por **direitos** autorais, nem infringir qualquer trabalho protegido por **direitos** autorais.

O segundo ponto informa que as ferramentas generativas não podem armazenar, reutilizar ou treinar as entradas ou saídas de dados de produção, ou seja, as informações devem ser usadas somente no momento da geração do conteúdo para garantir a privacidade e o controle sobre o material de produção.

O terceiro ponto diz respeito ao ambiente em que trabalham, pois as ferramentas de IA generativas devem ser usadas em um ambiente Netflix controlado e seguro, para que os dados sejam protegidos e não corram o risco de vazamento.

O quarto ponto afirma que o material gerado é atemporal e não deve fazer parte dos resultados finais, portanto, sua função é interna e para uso temporário, enquanto o quinto ponto afirma que a IA generativa não pode ser usada para substituir ou gerar novas performances de talentos ou trabalho sindicalizado sem consentimento. Casos de uso que exigem aprovação por escrito

Por outro lado, a Netflix também listou vários casos de uso de IA generativa em sua publicação que exigem aprovação por escrito, além de informar sobre seu uso.

Assim, ao lidar com os dados com os quais essas ferramentas trabalham, você deve estar ciente de que, se estiver usando material que exija autorização ou consentimento especial, não poderá usar conteúdo ou dados pessoais de propriedade da Netflix sem aprovação explícita. O mesmo se aplica a conteúdo de terceiros ou não proprietário.

Quanto à produção criativa, a plataforma alertou que o conteúdo gerado por IA deve ser usado "com cautela", e os mesmos padrões criativos e legais devem ser aplicados aos ativos produzidos tradicionalmente.

Além disso, nenhum artista digital, voz ou imagem de talento real pode ser criado sem o consentimento explícito e documentado da guilda, quando apropriado, enquanto alterações digitais significativas nas performances também podem ter implicações legais ou de reputação.

Continuação: Netflix define regras para parceiros na produção com IA generativa

A Netflix também informou seus parceiros para evitar a criação de conteúdo que possa ser confundido com eventos, pessoas ou declarações reais que nunca aconteceram. Nesse caso, a empresa deu como exemplo a criação de um segmento de notícias falsas com um jornalista real dando uma declaração fabricada.

Por outro lado, no caso em que o trabalho é entregue à Netflix por meio de um fluxo de trabalho de IA generativo personalizado criado a partir de várias ferramentas, cada etapa do processo deve estar em conformidade com os padrões da empresa para proteção de dados, consentimento e integridade do conteúdo, um aviso dedicado que se destina principalmente aos provedores da plataforma.

Para parceiros de produção, se um provedor de IA ou um estúdio for contratado, este guia deverá ser usado

para avaliar como os dados são gerenciados, o controle criativo e os resultados finais. Se você não tiver certeza de que seu processo de produção atende aos requisitos, a Netflix recomendou que você consulte a empresa.

De qualquer forma, a plataforma de streaming enfatizou que o uso dessa tecnologia pode oferecer diferentes possibilidades a seus parceiros, por isso incentivou seu uso, desde que esses avisos sejam levados em consideração.

De fato, em julho, o co-CEO da Netflix, Ted Sarandos, declarou que a IA foi usada na produção da série *El Eternauta*, a primeira produção original da empresa a usar essa tecnologia.

Trump pode aumentar preço e dificultar acesso a medicamentos genéricos para satisfazer lucro de farmacêuticas

247 - A organização humanitária Médicos Sem Fronteiras (MSF) alertou que a nova ofensiva do governo de Donald Trump, presidente dos Estados Unidos, contra a política de propriedade intelectual do Brasil pode restringir o uso de **genéricos** e elevar o preço de medicamentos no país. A advertência foi divulgada em carta pública após a abertura, no mês passado, de uma investigação pela Casa Branca por supostas violações comerciais brasileiras, conforme revelou Jamil Chade, no UOL.

Continue lendo no Brasil 247

O escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) mira políticas e práticas brasileiras que, na visão de Washington, restringiriam indevidamente o comércio dos EUA. Entre os alvos estão as regras de patentes na área da saúde - tema que, para o MSF, coloca em risco a autonomia do Brasil para adotar medidas de interesse público e garantir medicamentos acessíveis. O que está em jogo

No centro do caso está o pedido de fabricantes norte-americanos por compromissos de propriedade intelectual mais rígidos do que os previstos nos acordos internacionais. Para o MSF, essa pressão busca reduzir o espaço dos **genéricos** no mercado brasileiro e ampliar proteções para multinacionais da área farmacêutica. Na avaliação da entidade, caso o Brasil seja forçado a ceder, o impacto direto será no bolso dos pacientes e nos cofres do sistema de saúde.

Em carta enviada ao governo Trump, o MSF afirma que a investigação "eco a pressão das grandes empresas farmacêuticas" e "acusa sem fundamento" o Brasil de falhas na proteção da **propriedade** intelectual. A organização sustenta que a política brasileira segue padrões internacionais e que o país possui exame substantivo de **patentes** - mecanismo

considerado essencial para barrar monopólios indevidos e evitar a **concessão** de patentes de "baixa qualidade". "A vida das pessoas não é moeda de troca"

Em declarações atribuídas a Mihir Mankad, diretor de Advocacy e Políticas de Saúde Global do MSF nos EUA, a entidade reforça que negociações comerciais não podem sobrepor direitos fundamentais. "A vida das pessoas não deveria nunca ser usada como moeda de troca nas negociações comerciais. Os EUA precisam parar de utilizar a política comercial para sustentar monopólios comerciais às custas dos pacientes", afirma.

O dirigente também adverte para o efeito de medidas que extrapolam os tratados vigentes: "Forçar o Brasil a adotar medidas de propriedade intelectual que excedem em muito os requisitos dos acordos internacionais só tornará os medicamentos ainda mais inacessíveis. O mundo deve ver isso como o que realmente é: um ataque ao direito à saúde e aos instrumentos legais estabelecidos disponíveis aos países para concretizá-lo". Impacto direto no acesso a **genéricos**

O MSF ressalta que mudanças pedidas pelos EUA podem travar a disponibilidade de versões mais baratas de remédios. A entidade alerta que regras antifalsificação mal calibradas, além de afetarem o combate a produtos ilegais, podem atingir cargas legítimas de genéricos. "O MSF há muito tempo alerta que regras antifalsificação excessivamente amplas aumentam o risco de apreensões indevidas de medicamentos genéricos legítimos pelas autoridades alfandegárias", diz a carta.

Esse tipo de abordagem, prossegue a organização, "pode levar a atrasos prejudiciais para pessoas que

Continuação: Trump pode aumentar preço e dificultar acesso a medicamentos genéricos para satisfazer lucro de farmacêuticas

precisam de acesso a medicamentos que salvam vidas. Ademais, a detenção e a potencial destruição de medicamentos erroneamente classificados como falsificados podem criar um efeito inibidor sobre o comércio internacional de medicamentos genéricos". O debate sobre dados de testes

Outro ponto criticado pelos EUA seria a ausência, no Brasil, da chamada exclusividade de dados - mecanismo que impede, por um período, que reguladores usem estudos clínicos de um produto para registrar um concorrente. Para o MSF, a legislação brasileira já coíbe uso indevido e divulgação de dados confidenciais, e a criação de exclusividade abriria uma barreira artificial. "O que ela não contempla é a chamada exclusividade de dados, que o USTR historicamente pressiona os países a adotarem, apesar de estar além da proteção requerida por acordos internacionais", afirma a organização, acrescentando que essa medida encarece o desenvolvimento de genéricos e fere princípios éticos de pesquisa. Brasil como referência em saúde pública

A entidade destaca que o país tem histórico de liderança em fóruns internacionais, citando a Declaração de Doha (2001) sobre o acordo Trips e saúde pública. "Nas últimas décadas, o Brasil desempenhou um papel de liderança no avanço de importantes agendas de saúde, incluindo a Declaração de Doha de 2001 sobre Trips e saúde pública, que clama por melhor acesso a medicamentos e pela necessidade de eliminar barreiras decorrentes de sistemas disfuncionais de **patentes** e propriedade intelectual", registra a carta.

Apesar desse legado, o MSF vê "pressão persistente sobre o Brasil, questionando ações legais tomadas dentro dos limites do acordo internacional" e aponta

efeitos práticos, como a revisão do papel da **Anvisa** em temas de patenteabilidade de produtos biofarmacêuticos - "essa disposição não está mais em vigor no Brasil", diz o documento. A organização também critica a defesa, por parte de Washington, de iniciativas que "prejudicariam a autonomia do procedimento de exame de patentes do **INPI** (Instituto Nacional da Propriedade Industrial)". Regras de exame e prazos de patentes

Entre os argumentos do USTR está a demora na análise de pedidos de **patentes** e seus efeitos sobre o tempo de proteção. O MSF contesta: "Ao contrário de alguns países que adotaram apenas o exame formal de pedidos de **patente**, o Brasil possui um sistema de busca e exame substantivo, segundo o qual todos os pedidos de **patente** devem ser examinados antes de serem concedidos, para garantir que os critérios de patenteabilidade tenham sido atendidos". Para a entidade, "critérios rigorosos de exame são essenciais para evitar a emissão de **patentes** de baixa qualidade, que restringem a concorrência e limitam o acesso a tecnologias em saúde". Repercussão internacional

O Brasil não é o único alvo, observa o MSF. A pressão do USTR também alcança Índia, China, Malásia, Chile e outros mercados. Para a organização, "nesse contexto, o MSF testemunha os efeitos nocivos de políticas que protegem interesses comerciais em detrimento das necessidades dos pacientes". E, como grande parte da atuação humanitária depende de insumos adquiridos por governos, "as barreiras à disponibilidade e à acessibilidade afetam diretamente nossa capacidade de prestar cuidados e responder eficazmente às necessidades médicas em nossas operações".

Camisas falsificadas de clubes de futebol ganham mercado europeu e camuflam crime organizado



O início das temporadas das principais ligas de futebol significa a chegada de novos modelos de camisas. Paralelamente, um mercado de **falsificações** cada vez mais sofisticado ganha força a cada ano.

Timéo Guillon, da RFI

Camisas falsificadas (ou piratas) se tornaram cada vez mais comuns entre jovens, que muitas vezes não dispõem de grandes quantias para adquirir os modelos mais recentes que os clubes lançam a cada temporada.

No futebol, por exemplo, é comum o lançamento de três modelos de camisas utilizadas em jogos para fomentar as finanças. No Brasil, uma camisa oficial de time que disputa o Brasileirão não sai por menos de R\$ 350, enquanto na França a camisa de um clube que joga a Ligue 1 custa em torno de € 110.

É neste ponto que as **falsificações** ganham força no mercado do futebol. O gasto é muito menor para quem opta por adquirir camisas falsificadas, fazendo com que os torcedores descubram caminhos tortuosos para comprar camisas e produtos que representam seus clubes favoritos. O aquecimento do mercado de **falsificações** financia o crime organizado, segundo Delphine Sarfati-Sobreira, presidente do sindicato de fabricantes Unifab.

Entrevistado pela RFI, Alexandre tem um guar-

da-roupa de dar inveja a muitos fãs de futebol. Como muitos jovens, ele coleciona camisas dos principais clubes do mundo. Uma coleção que, em teoria, valeria milhares de euros. No entanto, todas as suas camisas são falsificadas.

Parece, mas não é "Sinceramente, quando você veste, não dá para notar a diferença. O tecido pode ser um pouco pior, mas à primeira vista, está tudo bem", explicou, afirmando que a camisa falsificada é muito parecida com a oficial.

Ele tem mais de 40 camisas em seu armário; todas compradas em sites como KKgool ou MaxMaillots por cerca de € 30 cada. Mas o caso do Alexandre não é o único.

De acordo com uma pesquisa do Ifop (Instituto de Estudos de Opinião e Marketing da França), realizada em 2023 em conjunto com o Sindicato dos Fabricantes (Unifab), 15% dos entrevistados reconheceram que já compraram artigos esportivos falsificados. Esse número sobe para 20% entre jovens de 15 a 18 anos.

A alfândega francesa confirma a tendência explicitada no resultado da pesquisa: em 2023, mais de 40% dos produtos apreendidos foram artigos esportivos, que ficaram à frente de perfumes e artigos de couro.

"Vários milhões de camisas falsificadas são vendidas a cada ano. Isso deve representar pelo menos 20% do mercado ou até mais em alguns países", garantiu Delphine Sarfati-Sobreira.

Apreensões cada vez maiores Em julho, mais de 24.000 camisas foram interceptadas na região do Jura, no leste da França. Os novos uniformes do Real Madrid e do Barcelona para a temporada 2025/2026, com nomes de Mbappé e Yamal, foram encontrados

Continuação: Camisas falsificadas de clubes de futebol ganham mercado europeu e camuflam crime organizado

em um caminhão.

Na Espanha, pouco antes do início da Eurocopa do ano passado, as autoridades apreenderam 11 toneladas de camisas falsificadas. "Com o início dos campeonatos nacionais e continentais, esse é o setor mais copiado pelos falsificadores", explicou Sarfati-Sobreira.

Para o estudante Mohamed, torcedor do Olympique de Marseille, comprar **produtos** piratas é, acima de tudo, uma solução econômica:

"Sinceramente, gastar € 110 em uma camisa de futebol é muito caro. Com esse dinheiro, consigo pagar mais de um mês de compras".

Como muitos jovens, Mohamed se beneficia do crescimento das compras online. "Antes, você tinha de ir às ruas e percebia que o produto era falso. Agora, você compra online e, quando a camisa chega em casa em uma semana, você percebe", explicou.

Por muito tempo, Alexandre evitou admitir a origem de suas camisas. "Ninguém percebeu que não eram autênticas. Logotipos, patrocinadores, números e nome do jogador: está tudo lá", disse.

Delphine Sarfati-Sobreira, no entanto, faz um alerta: "Há uma grande diferença entre camisas autênticas e falsas, especialmente no tecido. Camisas falsas podem conter corantes tóxicos, estarem carregadas de chumbo e causar alergias. São produtos extremamente perigosos para os consumidores".

Mercado de camisas falsificadas financia crime organizado Mohamed, por sua vez, reconhece que as camisas falsas se desgastam mais rápido, mas isso não o desanima. "Mesmo que a durabilidade não seja grande, essas camisas cumprem seu papel", afirmou.

No entanto, o que Mohamed e muitos outros torcedores não sabem é que estão sujeitos a uma multa de até € 300 mil e uma pena de três anos de prisão.

"Uma vez, tive de pagar € 10 para liberar meu pacote na alfândega do aeroporto", revelou Alexandre, que considera essas multas desproporcionais.

Mas é bem verdade que dificilmente os consumidores deste tipo de produto sofrem penalidades. Na prática, apenas revendedores organizados são processados.

Para Sarfati-Sobreira, esta situação "não é brincadeira": "Quando você compra uma camisa de futebol falsificada, você financia diretamente o crime organizado e até mesmo o terrorismo. Estou falando das redes criminosas que usam a **falsificação** para financiar outras atividades", denunciou a CEO.

Esta conexão entre camisas falsificadas e crime organizado muitas vezes é desconhecida pela maioria dos jovens. "No meu grupo de amigos, todo mundo já comprou camisas falsificadas em algum momento. É algo tão comum que ninguém mais pensa nisso", admite Alexandre.

Para Mohamed, ser torcedor de futebol significa ter os uniformes mais recentes do clube e, se possível, sem ter grandes prejuízos.

"É uma espécie de obrigação. Principalmente porque os preços das camisas oficiais não param de subir. Em 2013, por exemplo, uma camisa de clube que disputava a Ligue 1 custava € 69. Hoje, uma camisa do Olympique de Marseille, com número e nome de jogador, custa € 150 nas lojas oficiais. Por outro lado, não é difícil encontrar camisas falsificadas por € 30", explicou.

De quem é a culpa?"Entre assinaturas de TV, ingressos para estádios e camisas que custam mais de € 100, o gasto do torcedor com o clube fica alto demais", reclama Alexandre, que aponta a responsabilidade das marcas pelo aumento dos preços das camisas.

Segundo a ONG Clean Clothes Campaign, a pro-

Continuação: Camisas falsificadas de clubes de futebol ganham mercado europeu e camuflam crime organizado

dução de uma camisa de futebol oficial não passa de R\$ 15. Devem ser somados entre R\$ 2 e R\$ 3 para gastos com frete e logística. Nas lojas, o preço final é superior a R\$ 100. Deste valor, 1% vai para os salários dos trabalhadores.

Para o Sindicato dos Fabricantes, a responsabilidade recai sobre os consumidores: "São os mesmos que têm celulares caríssimos. [...] Você sempre tem escolhas na vida; não somos obrigados a nada. Afinal, ou você tem princípios, ou não tem", responde Delphine Sarfati-Sobreira.

Ciclo sem fim? A CEO do Unifab enfatizou as condições de fabricação: "Camisas falsas vêm de fábricas clandestinas, onde os trabalhadores são frequentemente maltratados e mal remunerados, enquanto as oficiais são produzidas em fábricas que cumprem a legislação social do país e os rigorosos pa-

drões de qualidade".

Apesar desses riscos e das suspeitas de financiamento criminoso, Alexandre admite que continuará comprando camisas falsas de futebol "enquanto as autênticas continuarem com preços inacessíveis".

Segundo o Unifab, a **falsificação** teria causado prejuízos de quase R\$ 850 milhões a clubes e fabricantes em 2023.

E a disputa entre oficiais e falsificadas alimenta um ciclo vicioso: quanto mais as perdas dos clubes e fabricantes aumentam, mais altos são os preços para a compensação; e, ao mesmo tempo, mais torcedores compram camisas falsificadas.

Saúde, indústria e agro lideram depósitos de patentes em IA, revela pesquisa



Com 62%, empresas despontam nas reivindicações de propriedade intelectual; 39,8% das solicitações são tecnologias criadas por outros países

Os setores da saúde (25%), indústria (14,4%) e agropecuária (8,3%) lideram os pedidos de registros de **patentes** em inteligência artificial depositados no Brasil nos últimos 6 anos, de acordo com levantamento da, a partir de informações do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (**INPI**). Foram analisadas 264 solicitações feitas entre 2019 e 2024. Apenas 8 (3%) foram concedidas. A grande maioria (97%) continua em análise ou não teve a **patente** concedida.

Nesses 6 anos, o ápice foi em 2022, com 78 registros. Os dois anos anteriores também se destacam, com 64 pedidos em 2020 e 77 em 2021. Desde 2023, contudo, há uma queda nas solicitações (13). Das **patentes** concedidas, 5 foram depositadas por autores brasileiros, 2 dos Estados Unidos e uma da China.

Setores das patentes solicitadas no Brasil entre 2019 e 2024

O tempo médio para análise das **patentes** que foram concedidas foi de 2 anos, 11 meses e 10 dias. O Plano de Ação 2023-2025 da Estratégia Nacional de Pro-

priedade Intelectual (ENPI), divulgado em outubro de 2023, estabeleceu como meta a diminuição do prazo de análise de **patentes** de modo geral. Antes de 6,9 anos, registrados em dezembro de 2022, a meta passou para 3 anos (junho de 2025) e quer diminuir para média de 2 anos até 2026.

Após o depósito do pedido de **patente**, o **INPI** analisa a concessão do registro de propriedade intelectual, que garante ao inventor os créditos - e a remuneração - pelo uso daquela criação no Brasil. A **patente** pode ser de invenção - uma solução para problemas técnicos - ou de modelo de utilidade, para melhoramentos de produtos existentes ou de suas aplicações.

"O levantamento mostra a diversidade de possibilidades da aplicação da inteligência artificial no Brasil e como os responsáveis por essas inovações têm buscado garantir esse uso. Apesar de algumas instituições brasileiras se destacarem, como universidades federais e a Petrobras, a grande participação de empresas estrangeiras mostra como Estados Unidos e China têm atuado para dominar o mercado brasileiro nesta tecnologia", afirma Marcelo Tokarski, CEO da .

Estados Unidos lideram depósitos de patentes em IA entre estrangeiros

Entre os solicitantes, a maioria (59,8%) é brasileira e outros 40,5% são estrangeiros. Um pedido envolve instituições brasileiras e chinesa. Os Estados Unidos lideram a segunda lista, com 62 dos 106 pedidos feitos por outros países, o equivalente a 57,9%. Em seguida, está a China, com 23,6%; e a Coreia do Sul, com 4,7%.

Em relação aos autores, 164 dos pedidos - o equivalente a 62,1% - foram feitos apenas por empresas. Nesse grupo, a multinacional chinesa de te-

Continuação: Saúde, indústria e agro lideram depósitos de patentes em IA, revela pesquisa

lecomunicações Huawei se destaca com 18 solicitações; seguida pela brasileira Petrobras (8). Em 3º lugar, com 5 registros cada, estão duas empresas americanas do setor de saúde: a AIxScan, especializada em imagens de raio-x; e a Paige, focada em diagnóstico e tratamento de câncer.

Patentes brasileiras em IA

Dos 5 registros de **patentes** em inteligência artificial concedidos a brasileiros, 4 têm como autores pessoas físicas. As inovações envolvem um dispositivo para evitar assaltos em automóveis, um kit de tração para veículos e semirreboques, um sistema de gestão de bacias hidrológicas e mecanismos de aprimoramento de fábricas de papel e celulose. O 5º pedido trata de um método e dispositivo para produção de hidrogênio e geração de energia elétrica.

China lidera patentes de IA concedidas no mundo

A China é o país que teve mais **patentes** relacionadas à inteligência artificial concedidas entre 2010 e 2022, de acordo com a edição de 2024 do AI Index, da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos. A potência asiática contabiliza 61,1% dos registros, seguida pelos Estados Unidos, com 20,9%.

Ao considerar a população, a Coreia do Sul lidera o ranking, com 10,3 patentes concedidas a cada 100 mil habitantes no mesmo período. Em segundo lugar, está Luxemburgo, com 8,8 por 100 mil habitantes e os Estados Unidos em terceiro, com 4,2 por 100 mil habitantes.

Trump ameaça acesso de brasileiros a remédios, alerta organização

INTERNACIONAL



Em carta enviada ao governo de Donald Trump, o MSF (Médicos Sem Fronteira) denunciou a tentativa de autoridades americanas agirem contra patentes na área de saúde no Brasil, abalando o acesso a remédios, especialmente pelos mais pobres.

O documento, obtido pelo UOL, é de 18 de agosto.

Entre os remédios que podem ser afetados estão a versão genérica do lenacapavir, usado para a prevenção de longa duração do HIV, a versão genérica da bedaquilina, para a tuberculose resistente, e remédios para diabetes.

Continua após a publicidade

No mês passado, a Casa Branca abriu investigação contra o Brasil por supostas violações na área comercial. O escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR, na sigla em inglês) apura políticas e práticas que supostamente discriminam ou restringem ilegalmente o comércio dos Estados Unidos com o Brasil.

Entre os tópicos sob investigação, estão patentes na área de saúde.

Para o MSF, a medida pode restringir o uso de remédios genéricos no Brasil e o desenvolvimento da indústria nacional de medicamentos.

O governo Trump alega, na prática, que a indústria farmacêutica dos EUA não está sendo tratada como ele gostaria. Ou seja, grandes multinacionais não estão recebendo garantias especiais e o espaço dos genéricos no mercado brasileiro não está sendo reduzido.

Mas, para o MSF, o que o governo Trump quer do Brasil é a adoção de compromissos que vão muito além do previsto em acordos internacionais de **patentes**. Caso o governo brasileiro seja obrigado a ceder, o risco é que remédios fiquem mais caros. Segundo a carta enviada pelo MSF ao governo Trump, a investigação "eco a pressão das grandes empresas farmacêuticas" e "acusa sem fundamento" o Brasil de não agir para garantir a proteção à **propriedade** intelectual. O governo dos EUA está pressionando o Brasil a estabelecer medidas relacionadas à **propriedade** intelectual que interferem na autonomia do país em decisões referentes à saúde pública e podem atrasar ou inviabilizar a disponibilização de medicamentos mais acessíveis para a população.

A vida das pessoas não deveria nunca ser usada como moeda de troca nas negociações comerciais. Os EUA precisam parar de utilizar a política comercial para sustentar monopólios comerciais às custas dos pacientes.

Forçar o Brasil a adotar medidas de propriedade intelectual que excedem em muito os requisitos dos acordos internacionais só tornará os medicamentos ainda mais inacessíveis. O mundo deve ver isso como o que realmente é: um ataque ao direito à saúde e aos instrumentos legais estabelecidos disponíveis aos países para concretizá-lo. Mihir Mankad, diretor de Advocacy e Políticas de Saúde Global do MSF nos EUA

Continuação: Trump ameaça acesso de brasileiros a remédios, alerta organização

O Brasil não é o único sob a ameaça americana no campo de patentes, diz o MSF. O USTR tem pressionado indianos, chineses, malaio, chilenos e outros. "Nesse contexto, o MSF testemunha os efeitos nocivos de políticas que protegem interesses comerciais em detrimento das necessidades dos pacientes", alerta.

"Como o MSF frequentemente depende de medicamentos, vacinas e testes diagnósticos adquiridos por governos nacionais, as barreiras à disponibilidade e à acessibilidade afetam diretamente nossa capacidade de prestar cuidados e responder eficazmente às necessidades médicas em nossas operações", diz o documento.

O que dizem os americanos e qual o argumento da MSF

Demora para **concessão** de patentes: Uma das críticas do governo americano em relação ao Brasil se refere ao tempo de análise dos pedidos de patente e seu potencial impacto no tempo de vigência da proteção.

Para o MSF, as críticas "não têm fundamento porque a política brasileira de exame de patentes é rigorosa e está em conformidade com as obrigações internacionais".

"Ao contrário de alguns países que adotaram apenas o exame formal de pedidos de patente, o Brasil possui um sistema de busca e exame substantivo, segundo o qual todos os pedidos de patente devem ser examinados antes de serem concedidos, para garantir que os critérios de patenteabilidade tenham sido atendidos", afirma.

"Critérios rigorosos de exame são essenciais para evitar a emissão de **patentes** de baixa qualidade, que restringem a concorrência e limitam o acesso a tecnologias em saúde", apontou.

Produtos falsificados: Um segundo ponto dos ame-

ricanos se refere a uma suposta leniência brasileira em deixar que produtos falsificados possam entrar no mercado nacional.

Para o MSF, a pressão pode causar problemas no Brasil no acesso aos remédios genéricos. "O MSF há muito tempo alerta que regras antifalsificação excessivamente amplas aumentam o risco de apreensões indevidas de medicamentos genéricos legítimos pelas autoridades alfandegárias", alertou.

"Isso pode levar a atrasos prejudiciais para pessoas que precisam de acesso a medicamentos que salvam vidas. Ademais, a detenção e a potencial destruição de medicamentos erroneamente classificados como falsificados podem criar um efeito inibidor sobre o comércio internacional de medicamentos genéricos", aponta.

Dados de testes: Os EUA também criticam uma suposta falta de proteção no Brasil contra a exploração comercial desleal, bem como a divulgação não autorizada de dados de testes.

Para o MSF, porém, a lei brasileira já adota medidas adequadas contra o uso e a divulgação indevidos de dados de teste. "O que ela não contempla é a chamada exclusividade de dados, que o USTR historicamente pressiona os países a adotarem, apesar de estar além da proteção requerida por acordos internacionais", explica a entidade. Segundo a entidade, a exclusividade de dados é uma medida que aumenta o custo de desenvolvimento de medicamentos genéricos, além de ser uma grave violação dos princípios éticos da pesquisa envolvendo seres humanos.

MSF diz que Brasil é líder em agenda de saúde

Na carta, o MSF elogia a postura do Brasil em agendas internacionais de saúde.

"Nas últimas décadas, o Brasil desempenhou um papel de liderança no avanço de importantes agendas de saúde, incluindo a Declaração de Doha de 2001 sobre

Continuação: Trump ameaça acesso de brasileiros a remédios, alerta organização

Trips e saúde pública, que clama por melhor acesso a medicamentos e pela necessidade de eliminar barreiras decorrentes de sistemas disfuncionais de **patentes** e propriedade intelectual", disse.

"No entanto, os Estados Unidos têm criticado injustamente os esforços do Brasil para garantir o acesso universal aos medicamentos", alerta.

Segundo o MSF, o USTR tem exercido "pressão persistente sobre o Brasil, questionando ações legais tomadas dentro dos limites do acordo internacional".

Um dos exemplos dados pela entidade foi a revisão do papel da **Anvisa** (**Agência** Nacional de Vigilância Sanitária) em questões relacionadas à patenteabilidade de novos produtos biofarmacêuticos.

Por conta da pressão americana, "essa disposição não está mais em vigor no Brasil". "O governo dos EUA também tem defendido abertamente medidas que prejudicariam a autonomia do procedimento de exame de patentes do **INPI** (Instituto Nacional da Propriedade Industrial)", alerta.

Reportagem

Texto que relata acontecimentos, baseado em fatos e dados observados ou verificados diretamente pelo jornalista ou obtidos pelo acesso a fontes jornalísticas reconhecidas e confiáveis.

Alckmin: nova linha de crédito para Indústria 4.0 terá R\$ 10 bi do BNDES e R\$ 2 bi do Finep

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, explicou, em cerimônia fechada no Palácio do Planalto, nesta segunda-feira, 25, que a nova linha de crédito para a Indústria 4.0 será financiada com R\$ 10 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e R\$ 2 bilhões do Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Programas (**Finep**).

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Geraldo Alckmin, explicou, em cerimônia fechada no Palácio do Planalto, nesta segunda-feira, 25, que a nova linha de crédito para a Indústria 4.0 será financiada com R\$ 10 bilhões do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e R\$ 2 bilhões do Fundo de Financiamento de Estudos de Projetos e Pro-

gramas (**Finep**).

Segundo o vice-presidente, o crédito beneficiará bens de capital, máquinas e equipamentos. Na reunião, que contou com a presença do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), Alckmin disse que a linha busca fazer com que a indústria brasileira ganhe competitividade.

"Isso é para bens de capital, então máquinas e equipamentos que vão fazer com que a indústria ganhe competitividade, reduza custos e modernize o parque industrial brasileiro", afirmou Alckmin.

Alckmin declarou ainda que os juros do crédito serão de 7,5% a 8% somado ao spread, que é diferença entre a porcentagem da taxa de juros cobrada em empréstimos e a de juros paga em investimentos.

Índice remissivo de assuntos

Pirataria

3, 8

Direitos Autorais

4

Propriedade Intelectual

6, 13

Marco regulatório | INPI

6, 11, 13

Marco regulatório | Anvisa

6

Patentes

6, 11, 13

Entidades

16